

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO: ANÁLISE DE 631 ESCOLAS (2010-2012)

Resumo: Esse artigo objetiva apresentar o Programa Mais Educação no Estado de São Paulo, analisando 631 escolas participantes do Programa no período 2010-2012, com o propósito de perceber o impacto qualitativo nas escolas da rede estadual. Consideramos a ocorrência dos aspectos aprovação, reprovação e abandono nos ciclos Fundamental I e II, nas séries finais do Fundamental I e II e no Ensino Médio; do Índice de Desenvolvimento no Estado de São Paulo (Idesp) das séries finais dos ciclos I e II e do Ensino Médio; e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das séries finais dos ciclos Fundamental I e II. A metodologia empregada para fins de resultado foi o cálculo da média das taxas de rendimento escolar de aprovação, reprovação e abandono, que ficaram iguais ou acima da média calculada nos dados informados no censo sobre movimento e o rendimento escolar dos alunos das 631 escolas analisadas. Para o Idesp e o Ideb, utilizamos a média variável de cada escola, entre metas indicadas e alcançadas no período analisado, a partir dos dados fornecidos pela Coordenadoria de Informação Monitoramento e Avaliação Educacional (Cima), da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), em maio de 2013. A partir da análise observamos que mais de 50% das escolas analisadas melhoraram seus índices e diminuíram as taxas de abandono e reprovação.

Palavras-chave: Programa Mais Educação, São Paulo, Escolas

1 Introdução

Diversos trabalhos já abordaram a possível implementação da educação integral nas escolas públicas, como os textos de Isabela Morais e Maria do Pilar Lacerda, publicados na *Revista Escola Pública*. A primeira autora, Morais (2014, p. 22-32) aponta a ampliação da educação integral no Brasil, as desigualdades e as dificuldades na sua implementação, e, a segunda, Lacerda (2014, p. 33), apresenta a importância de pensar nos territórios educativos e a integração da comunidade na elaboração de um projeto de educação integral. Ambas as pesquisas contribuem para uma reflexão em torno das relações entre educação, comunidade e jornada integral, e, mais, possibilitam outros olhares sobre os processos educativos na educação integral.

Segundo Junqueira (2005, p. 4):

A intersetorialidade é a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas

visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social. É uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade.

Vemos, portanto, que o tema-alvo deste artigo não é novidade, constantemente está presente em seminários, simpósios, congressos e encontros relacionados à educação. Em outras palavras, educadores, estudiosos e especialistas na área educacional, frequentemente, debruçam-se sobre a importância da ampliação da jornada escolar e da formação integral do sujeito. No entanto, ainda é necessário discutir maneiras de superar as dificuldades de ultrapassar os muros da escola, ou seja, romper com a cultura de que a educação se dá somente na escola e tampouco se esgota nela. Mais ainda, não se trata apenas de alongar o tempo do educando na escola, mas, sobretudo, conscientizar os envolvidos de que há força educativa nas relações sociais e nos espaços educativos das redes da sociedade civil, permitindo que o sujeito desenvolva condições subjetivas, criando e construindo projetos, que possam contribuir para a evolução do mundo.

O processo educativo ocorre em todos os ambientes da vida, como no trabalho, na família, na vida, na cidade, pois além da escola há outros tempos de formação. Ora, a ruptura dessas barreiras é um desafio constante na educação, já que deixar de considerar, ou até mesmo esquecer, os índices de qualidade, como o Índice de Desenvolvimento no Estado de São Paulo (Idesp) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que ranqueiam nossas escolas, para favorecer e preocupar-se mais com as relações sociais e as interações entre os sujeitos, é uma tarefa que demandará tempo, mas não é impossível. Daí a necessidade de participação da sociedade na educação, das parcerias com a família, comunidade, sociedade civil e as organizações não governamentais.

Após essas breves considerações sobre o tema abordado neste artigo, prosseguimos com a apresentação do Programa Mais Educação (PME) para, em seguida, apresentar a análise preliminar dos resultados obtidos nas 631 escolas.

O Programa Mais Educação instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 (BRASIL, 2007a) e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular¹, na perspectiva da Educação Integral.

Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Fazem parte o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o

Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Cultura, o Ministério da Defesa e a Controladoria Geral da União.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2014).

Além da Introdução o artigo está estruturado da seguinte forma: aspectos históricos e conjunturais da educação integral no Plano Nacional de Educação e o Programa Mais Educação, a metodologia do estudo, o impacto na rede estadual paulista, apresentando o retrato dos resultados nas Taxas de Rendimento Escolar: Aprovação, Reprovação e Abandono, seguido dos resultados do IDESP e do IDEB (2010-2012) e quantidade de escolas prioritárias e localizadas em áreas de difícil acesso, são as escolas que os profissionais recebem um acréscimo no salário devido à dificuldade de chegar até elas, é o adicional local de exercício (ALE) entre as 631 escolas analisadas.

A conclusão encerrará o painel de investigação e propõe apontar que atividades no contraturno escolar podem contribuir de forma positiva na educação.

2 Programa Mais Educação

A educação integral está presente na legislação educacional brasileira, assim como na Constituição Federal (CF), nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990); na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), nos artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001); e no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (BRASIL, 2007b).

A frequência do debate acerca da educação integral e sua importância tornou-se evidente no PNE, aprovado em junho de 2014, para o decênio 2011-2020, que tem como uma das 20 metas oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas.

CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020) constante do Anexo desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

Estratégias:

6.1) Estender progressivamente o alcance do programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, buscando atender a pelo menos metade dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa.

6.2) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.3) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema.

6.4) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.5) Orientar, na forma do art. 13, § 1º, I, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a aplicação em gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6) Atender as escolas do campo na oferta de educação em tempo integral considerando as peculiaridades locais.

Ao assumir o estabelecido no PNE, itens 6.3 e 6.4, observamos que se considera educação básica em tempo integral as atividades em diferentes espaços educativos, articuladas com espaços públicos e privados, ampliando todas as possibilidades para o aprendizado dos alunos, compreendendo, assim, o tempo integral como o tempo total que o aluno permanece tanto na escola ou em atividades escolares.

Com o propósito de melhorar a qualidade da educação na escola pública brasileira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que governou o Brasil de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010, em seu segundo mandato, instituiu o PME, pela Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a), regulamentado pelo Decreto nº 7.083, 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010). O objetivo era contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, além de buscar articular o projeto pedagógico das escolas com diferentes ações, projetos e programas nos estados, Distrito Federal e municípios, e, assim, ampliar o tempo de permanência nas escolas, nos espaços e nas oportunidades, por meio da articulação das políticas setoriais envolvidas e, mais, ainda, permitir a todos o “DIREITO DE APRENDER”.

É importante ressaltar que o PME implica destinação de recursos federais aos estados, municípios e Distrito Federal, condicionados à assinatura dos termos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007c), cujo objetivo é produzir um conjunto de medidas específicas que visem à melhoria da qualidade da educação básica em cada território. Esse compromisso significa a conjugação dos esforços da União, de estados, Distrito Federal e municípios, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. Após a adesão, o ente federativo tem a tarefa de fazer o diagnóstico da situação educacional da rede e a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR).

A integração de tais iniciativas dentro e fora da escola permite torná-la mais atrativa, interessante e moderna, uma vez que busca corresponder às demandas das vidas dos alunos, aproximando-se da realidade deles, além de diminuir o abismo existente entre a teoria e a prática, significando o processo educativo. Na proposta de Maschelein (2013, p. 47), trata-se de uma questão de atenção ao mundo, abrir interesse, ou seja, formar é entender

[...] a formação não como um tipo de atividade auxiliar da escola; ou como algo que ocorre fora das matérias de estudo atuais e que tem a ver com valores de um ou outro projeto educacional. Em vez disso, a formação tem a ver com a orientação dos alunos para o mundo como ele é construído para existir no sujeito ou na matéria, e essa orientação diz respeito, principalmente, à atenção e ao interesse para com o mundo e, igualmente, à atenção para com a própria pessoa em relação ao mundo.

3 Metodologia do Estudo

Considerando que a avaliação do Programa decorre de diversos fatores, além dos índices qualitativos, como a preservação patrimonial, convivência no ambiente escolar, cidadania, enriquecimento cultural, inserção social, dentre outros importantes para a formação de sujeitos plenos de seus direitos e deveres numa sociedade, e o fato de que não dispomos de materiais suficientes, das escolas analisadas, que nos permitam avaliar qualitativamente o crescimento cultural dos alunos e a construção do sujeito, restringimo-nos aos índices numéricos frios e impessoais que classificam as escolas baseados em avaliações externas.

Ademais, embora o Programa seja direcionado ao Ensino Fundamental, nossa análise também contempla os dados do Ensino Médio, visto que as ações desenvolvidas refletem em toda a comunidade escolar, como nas mudanças sistemáticas no processo educativo, de forma a melhorar os resultados pretendidos impactando em todos os segmentos de ensino.

Para obter o resultado almejado, a metodologia da pesquisa consistiu em calcular a média dos índices de aprovação, reprovação e abandono, indicando as escolas que ficaram iguais ou acima da média calculada nos dados informados pelas 631 escolas. No cálculo dos índices Idesp e Ideb, foi utilizada a média variável de cada escola, comparando a média almejada e a obtida no período de 2010 a 2012, a partir dos dados fornecidos pela Coordenadoria de Informação Monitoramento e Avaliação Educacional (Cima), em maio de 2013.

Os dados analisados foram baseados nas informações digitadas pelas 631 escolas no Educacenso (sistema informatizado de levantamento de dados do Censo Escolar que utiliza ferramentas *web* na coleta, organização, transmissão e disseminação dos dados censitários), na coleta de dados escolares realizada no mês de maio de 2013. Devemos ressaltar que muitas escolas não informaram os dados censitários, levando-nos a excluí-las dos cálculos, uma vez que os números apresentados são iguais a zero.

No âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), de maneira geral, os resultados obtidos nas escolas com o PME são satisfatórios; apesar de alguns contratemplos, poucas foram as que não igualaram ou superaram as metas estabelecidas.

4 Resultados e Discussão

4.1 Impacto do Programa Mais Educação na rede estadual paulista (2010-2012)

O Estado de São Paulo participa do PME desde 2009, inicialmente com 29 unidades e, a cada ano, amplia gradativamente o número de escolas e de alunos envolvidos nas atividades de educação integral. Em 2014, 1.780 escolas, no universo de 4.730 indicadas, aderiram ao PME, atingindo, aproximadamente, 200 mil alunos do Ensino Fundamental.

Para uma melhor compreensão da operacionalidade do PME, é relevante explicar que, mesmo após a escola aderir ao Programa, não está garantido o recebimento do recurso do governo federal.

No caso das escolas estaduais paulistas, em 2013, o repasse não ocorreu e, em 2014, poucas receberam 50% do valor estimado, o que dificultou a execução do PME, principalmente, para as escolas que se inscreveram pela primeira vez, já que, possivelmente em decorrência desse episódio, não conseguiram estruturar adequadamente as atividades pretendidas. Com o intuito de prosseguir com o desenvolvimento do Programa, utilizaram materiais alternativos, como jogos pedagógicos,

materiais esportivos, ou, até mesmo, de outros projetos e, ainda, em alguns casos, dependeram da ajuda de voluntários sem ressarcimento de despesas.

4.2 Retrato dos resultados obtidos (2010-2102)

4.2.1 Taxas de rendimento escolar: aprovação, reprovação e abandono (censo 2013)

De acordo com a nota técnica 03/2013, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os cálculos de aprovação, reprovação e abandono têm como base as informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos, levando em consideração somente as matrículas relativas à escolarização, excluindo os dados das matrículas em atividades complementares e/ou em atendimento educacional especializado.

O rendimento escolar é o sucesso ou insucesso do aluno, que pode ser: aprovado, se obtém êxito e está apto a cursar o ano seguinte, ou reprovado, quando não conclui o ano letivo. Observamos que

Todas as escolas, dentre as 631, que informaram dados diferentes do censo foram consideradas para o cálculo das médias, conforme indicado em cada tabela 1.

As Tabelas 1 a 5 ilustram os resultados da taxa de rendimento do ano de 2012, informado no Censo Escolar de 2013

Tabela 1 – Ensino Fundamental Ciclo I

Escolas de 1ª a 4ª série	Quantidade de escolas	Média	Acima da média	Abaixo da média
Aprovação	86	92,7	48	38
Reprovação	68	58,6	36	32
Abandono	53	1,7	22	31

Nota: Cinza – aumentou – resultado positivo. Vermelho – diminuiu – resultado negativo.
Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Ensino Fundamental Ciclo II

Escolas de 5ª a 8ª série	Quantidade de escolas	Média	Acima da média	Abaixo da média
Aprovação	503	87,5	274	228
Reprovação	492	8,6	222	270
Abandono	430	3,9	208	222

Nota: Cinza – aumentou – resultado positivo. Vermelho – diminuiu – resultado negativo.
Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3 – Aprovação Ensino Fundamental I e II

Aprovação	Quantidade de escolas	Média	Acima da média	Abaixo da média
Anos iniciais	203	96	122	81
Anos finais	184	91	106	78

Nota: Cinza – aumentou – resultado positivo. Vermelho – diminuiu – resultado negativo.
Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 – Reprovação Ensino Fundamental I e II

Reprovação	Quantidade de escolas	Média	Acima da média	Abaixo da média
Anos iniciais	153	3,4	54	99
Anos finais	170	171	64	106

Nota: Cinza – aumentou – resultado positivo. Vermelho – diminuiu – resultado negativo.
Fonte: Elaboração própria.

Tabela 5 – Abandono Ensino Fundamental I e II

Abandono	Quantidade de escolas	Média	Acima da média	Abaixo da média
Anos iniciais	136	2,2	48	88
Anos finais	143	3,5	61	82

Nota: Cinza – aumentou – resultado positivo. Vermelho – diminuiu – resultado negativo.
Fonte: Elaboração própria.

4.2.2 Apresentação de resultados do Idesp

O Idesp é o indicador da qualidade de educação de São Paulo, que avalia o ensino das escolas de 4^a ao 8^a ano. Tem como função auxiliar a escola pública a diagnosticar os aspectos em que é preciso haver mudanças, para que possa oferecer um ensino de qualidade. Seu principal objetivo é contribuir para que os alunos de hoje tornem-se seres humanos de caráter e ética, sejam bem vistos pela sociedade e possam crescer profissionalmente.

O Idesp é responsável pelo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), exame que avalia a qualidade dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas e particulares, ao final de cada ciclo do ensino, com base nas competências e habilidades previstas pelas Matrizes de Referências da Avaliação do currículo do Estado de São Paulo, em consonância com as exigidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. É o resultado da prova do Saresp, combinado ao fluxo de alunos de cada escola, que compõe o Idesp.

Para a obtenção dos índices apresentados nesse artigo, as médias foram calculadas pelo número de escolas que informaram dados diferentes de zero, sendo a média individual. A escola que apresentou resultado acima da média significa que o seu índice foi superior ao ano anterior; também há casos em que a escola não atingiu a meta estabelecida.

Tabela 6 – Variação Idesp 2012 – Censo 2013

Variação Idesp (2011-2012)	Quantidade de escolas	Acima da média	Abaixo da média
4º ano (Ensino Fundamental)	198	105	93
8º ano (Ensino Fundamental)	564	233	331
3º ano (Ensino Médio)	529	322	207

Nota: Cinza – aumentou – resultado positivo. Vermelho – diminuiu – resultado negativo.
Fonte: Elaboração própria.

Tabela 7 – Meta Idesp

Meta Idesp (2012)	Quantidade de escolas	Alcançou	Não alcançou
4º ano (Ensino Fundamental)	198	105	93
8º ano (Ensino Fundamental)	569	128	441
3º ano (Ensino Médio)	528	214	314

Nota: Cinza – aumentou – resultado positivo. Vermelho – diminuiu – resultado negativo.
Fonte: Elaboração própria.

4.2.3 Avaliação do Ideb

Criado em 2007, pelo Inep, o Ideb foi formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Assim, funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela sociedade, que, por meio de dados concretos, pode se mobilizar em busca de melhorias.

Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep.

As médias de desempenho utilizadas em seu cálculo são as da Prova Brasil, aplicada em alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas urbanas e rurais que tenham pelo menos 20 alunos por série, e as da prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aplicada em todos os estados do País, a cada dois anos. Ademais, as metas estabelecidas

pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

Para a análise dos dados, nesta pesquisa, a variação do Ideb foi calculada por biênios e as médias foram calculadas pelo número de escolas que informaram dados diferentes de zero. A escola que apresentou resultado acima da média significa que o seu índice foi superior ao ano anterior; também há casos em que a escola não atingiu a meta estabelecida.

Tabela 8 – Variação Ideb Fundamental I

Varição (Δ) Ideb 4º ano	Quantidade de escolas	Acima da média	Abaixo da média
2009-2007	242	208	34
2011-2009	212	117	95
Meta 2013-2011	236	142	94

Nota: Cinza – aumentou – resultado positivo. Vermelho – diminuiu – resultado negativo.
Fonte: Elaboração própria.

Tabela 9 – Variação Ideb Fundamental II

Varição (Δ) Ideb 8º ano	Quantidade de escolas	Acima da média	Abaixo da média
2009-2007	526	375	151
2011-2009	526	349	177
Meta 2013-2011	554	414	140

Nota: Cinza – aumentou – resultado positivo. Vermelho – diminuiu – resultado negativo.
Fonte: Elaboração própria.

4.2.4 Avaliação dos resultados

A partir das tabelas apresentadas, salientamos que, com exceção da taxa de reprovação de 47% das escolas 1ª a 4ª séries de tabela 1, todos as demais alcançaram resultados positivos acima de 50%, chegando a 64,7% de redução da taxa de reprovação e abandono dos anos iniciais, conforme apresentado nas tabelas 4 e 5.

Ao fazer a leitura dos índices do IDESP, observamos que as escolas do ciclo I apresentaram um resultado melhor que as dos anos finais do ciclo II, chegando a variação do IDESP no 4º ano em 53% e no 8º ano em 41%, e em relação à meta estipulada apenas 22% das escolas do 8º ano alcançaram a meta, permanecendo o 4º ano com o percentual da variação, 53%. O mesmo não ocorre quando falamos de IDEB, uma vez que 74% das escolas do 8º ano ficaram acima da meta estipulada, ainda que, ao comparar a variação dos índices com o biênio anterior, os dois ciclos, sofreram um declínio no IDEB.

Apesar dos resultados positivos não temos como afirmar que o PME foi ou não o responsável pela melhoria das taxas, uma vez que as escolas participam de diversos projetos e programas que auxiliam no desempenho escolar, no entanto, não podemos eximir sua contribuição no contexto escolar, complementando atividades e ações desenvolvidas na escola.

5 Escolas Prioritárias e Adicional Local de Exercício (ALE)

No universo composto pelas 631 escolas participantes do PME, desde 2010 até o ano de 2013, 334 (tabela 10) são consideradas prioritárias, pois recebem atenção extra da Secretaria Estadual de Educação, visando reduzir a desigualdade de aprendizado. Para essas unidades, de acordo com o documento orientador para o planejamento escolar 2014 da Coordenadoria de Gestão de Educação Básica (CGEB/SEE/SP), é previsto prioridade na formação continuada de professores, investimentos em infraestrutura, implantação do programa de professores-mediadores, salas de leituras e projetos especiais de recuperação do aprendizado dos alunos.

As escolas indicadas ao PME, normalmente, estão em áreas afastadas e vulneráveis, dessa forma é compreensível que 54% das escolas participantes tenham ALE para os profissionais, sendo que, em muitos casos, as escolas dependem do transporte escolar, fator que prejudica o desenvolvimento das atividades no contraturno, dificultando o retorno para casa pois os alunos teriam que pagar passagem de ônibus coletivo, ir a pé ou esperar transporte particular.

Na tabela abaixo podemos observar o número de escolas consideradas prioritárias no período 2010-2013, conforme citado anteriormente, atinge mais de 50% das escolas que participam do PME.

Tabela 10 – Escolas prioritárias e escolas com ALE

Escolas (631)	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Prioritárias	334	334	362	334
ALE	336	336	336	336

Fonte: Elaboração própria.

6 Considerações Finais

Para apresentação dos dados, tomamos o cuidado de comparar as escolas com os seus próprios índices e resultados, pois não podemos falar que uma escola é melhor que a outra, ou se algum programa auxilia na educação ou não, baseando em dados gerais. Cada unidade escolar deve ser vista

como única, pois estamos falando de pessoas, de comunidades que são distintas uma da outra. Sendo assim, generalizar a educação é renegar as diferenças e individualidade de cada um.

Apesar dos constantes entraves apresentados pelas escolas, tais como: dificuldades em encontrar monitores, atraso no repasse dos recursos financeiros, poucos funcionários, pouca merenda; muitas escolas desenvolveram suas atividades e obtiveram melhores resultados tanto nos índices como nos relacionamentos interpessoais. A convivência no ambiente escolar melhorou, diminuindo a violência e intolerância aos erros.

A princípio, o PME parecia estar fadado a se tornar mais um programa que conturbaria o cotidiano escolar, esfacelando a rotina, incomodando os professores, mas, com o passar do tempo, os resultados foram aparecendo, tímidos, mas constantes, demonstrando que é possível o desenvolvimento de atividades no contraturno com a participação da comunidade, dos professores, doutores da vida e diplomados num mesmo ambiente, em prol dos mesmos objetivos: a formação e construção de cidadãos de direitos e deveres e uma escola pública de qualidade.

Para ilustrar a transformação que o PME faz na escola relataremos um diálogo que tivemos com uma diretora, da região de Mauá, e que muito nos tocou como educadores. A diretoria comentou que um dos momentos mais gratificantes de sua carreira foi por causa do PME, porque o recurso do programa possibilitou aos alunos assistirem à peça “O Rei Leão”, mas em especial uma aluna que não conversava, não interagiu e quando as cortinas se abriram ela exclamou “Que lindo!”, essa foi a primeira vez que ouviram o som da voz da aluna, emocionando a todos que estavam próximos.

Dando continuidade às práticas positivas, finalizamos esse artigo com o depoimento da Escola Estadual Ruth Mamede de Godoy – Diretoria de Ensino de Marília sobre o PME após participar do desfile Cívico-Militar 7 de setembro de 2013 na cidade de Marília, localizada a 31,5 km de distância da escola, demonstrando que os resultados vão muito além das notas do Idesp e Ideb:

EE Prof. Ruth Mamede de Godoy
Distrito de Rosália - Marília/SP

Estamos muito orgulhosos dos nossos alunos e monitores; o Programa Mais Educação tem sido de fundamental importância nesta escola, oferecendo oportunidades que certamente não teríamos em virtude da distância e da falta de condições financeiras da nossa comunidade.

Sônia Assuino Mathias
Diretora da EE Prof Ruth Mamede de Godoy
Distrito de Rosália - Marília/SP
15/7/2013

MORE EDUCATION PROGRAM IN THE STATE OF SÃO PAULO: ANALYSIS OF 631 SCHOOLS (2010-2012)

Abstract: The aim of this paper is to present the More Education Program in the State of São Paulo, from the analysis of 631 schools participating in the program from 2010 to the year 2012 in order to realize the qualitative impact in schools of the state system. To do so will be considered the occurrence of aspects approval, disapproval and abandonment in elementary cycles I and II and in the final grades of elementary I and II and High School, Development Index in the State of São Paulo (Idesp) final series of cycles I and II and Secondary Education, Basic Education Development Index (Ideb) final grades of elementary cycles I and II. The methodology used for the purposes of the calculation result was the average school performance rates of approval, disapproval and abandonment, which were equal to or above the calculated average of the data reported in the census of movement and the academic performance of students in 631 schools examined. For Idesp and Ideb use the moving average of each school between the targets set and achieved over this period, from the data provided by the Coordination Monitoring Information and Educational Assessment (Cima) of the Secretariat of State of São Paulo State Education (SEE/SP), in May 2013. From the analysis we found that over 50 % of the analyzed schools improved their rates and decreased dropout rates and failure

Keywords: More Education Program, São Paulo, Schools

Referências

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 8 jan. 2015.

_____. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817>. Acesso em: 8 mar. 2014.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/legislacao/outras/ECA%20ATUALIZADO-%202012%20-%20versao%202012.pdf/view>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10179.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. Portal eletrônico do MEC. Mais Educação. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115>. Acesso em: 1º jul. 2014.

_____. Portaria interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

_____. **Programa Mais Educação: Gestão Intersetorial no Território**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

_____. **Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

DOCUMENTO Orientador CGEB/SEE/SP. Disponível em: <<http://www.intranet.educacao.sp.gov.br/portal/site/Intranet/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

IDEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336&msg=1>. Acesso em: 23 jul. 2014.

IDESP/SARESP. Disponível em: <<http://sabetudo.xpg.uol.com.br/idesp-%E2%80%93-o-que-e-e-como-funciona.html>>. Acesso em: 23 jul. 2014

LACERDA, Maria do Pilar. **Revista escola pública**. São Paulo: Segmento, n. 38, 2014. p. 33.

MASSCHLEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. São Paulo: Autêntica, 2013.

MORAIS, Isabela. **Revista escola pública**. São Paulo: Segmento, n. 38, 2014. p. 22-32.

SARESP para alunos. Apresentação em *slides*. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/proffmari/saresp-para-alunos>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

Recebido em: 08/03/2016

Aprovado em: 10/12/216